

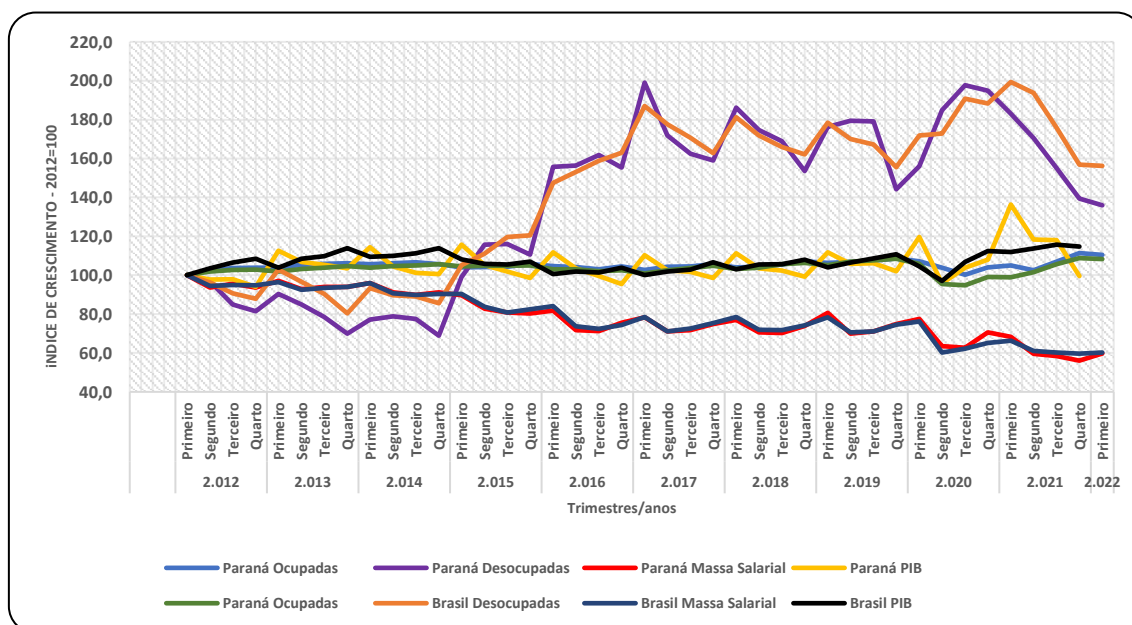
NOTA TÉCNICA

O PARANÁ SEGUINDO OS (DES)CAMINHOS DA ECONOMIA E DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Eron José Maranhão¹
Jaderson Goulart Junior¹
José Moraes Neto¹
Juarez Varallo Pont¹

Ao longo dos últimos anos o Paraná vem seguindo muito de perto o padrão dos (des)caminhos da economia e do mercado de trabalho brasileiro: instabilidade e baixo crescimento do Produto Interno Bruto – PIB e das pessoas ocupadas, elevado aumento no número de pessoas desocupadas e expressiva queda da massa de rendimentos de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Índice de crescimento das Pessoas Ocupadas e Desocupadas, do Produto Interno Bruto – PIB* e da Massa de Rendimentos de todos os trabalhos* – Paraná e Brasil – 2012/2022 (1º trimestre)



Fonte dos dados brutos: IBGE – PNAD Contínua

*a preços de março de 2022 segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA

Segundo os dados da PNAD Continua, divulgada pelo IBGE entre 2012 e 2021, a economia paranaense e brasileira apresentaram tendência pouco favorável de crescimento, que são ainda mais impactadas pelos efeitos da COVID 19. Exemplo neste sentido é a evolução das taxas de crescimento anuais do PIB do Estado de -1,51% em 2014, -2,43% em 2015, -2,59% em 2016, 1,98% em 2017,

¹ Economistas filiados a Associação Brasileira de Economistas pela Democracia - ABED

1,24 em 2018, 0,89% em 2019, -1,84% em 2020 e 3,33% em 2021, que embora em melhor nível, situa-se inferior à observada em termos nacionais de 4,6%.

Em 2021 o PIB paranaense chega à casa dos R\$ 579,3 bilhões, o que o mantém praticamente inalterada a sua participação no PIB brasileiro, ao longo dos últimos anos. Em 2019, o PIB paranaense representa cerca de 6,4% do PIB nacional. Em 2020 apresenta um pequeno aumento para 6,5%, e chega a 6,7% em 2021. A maior parcela do PIB paranaense é gerada pelos segmentos de comércio de mercadorias e de prestação de serviços que, em 2021, alcançam 49,6%. No entanto, essa participação vem se reduzindo significativamente a partir de 2018 (quando representa 57,4% do PIB estadual), mantendo praticamente o mesmo patamar observado em 2012.

Nestes últimos anos, o agronegócio desenvolvido no Estado tem sido responsável pelo maior incremento em seu PIB. Entretanto, deve-se ressaltar que este incremento se vincula à elevada taxa de desvalorização do real em relação ao dólar, favorecendo a valorização e aumento das suas exportações. Neste contexto, considerando que a produção agrícola e pecuária se torna mais volátil em relação aos seus custos de produção e, esse mesmo desempenho favorável do agronegócio contribui significativamente para o aumento dos preços de grande parte dos alimentos consumidos internamente e, conseqüentemente, da inflação no nível estadual e nacional.

Deve-se destacar, também, que a inflação brasileira tem sido pressionada pelo incremento do preço internacional do petróleo e do gás, com impacto sobre os preços de combustíveis e seus efeitos cumulativos no nível nacional e, regionalmente, pelo aumento dos preços praticados pelas empresas estatais de energia elétrica e de água e saneamento.

Esse pífio desempenho da economia brasileira e paranaense se reflete no desempenho do mercado de trabalho, tanto no que se refere à geração de emprego quanto de renda. Ao longo dos anos 2012 e até o início de 2022, o total de pessoas ocupadas se manteve praticamente estável, com oscilações negativas, especialmente no período inicial dos efeitos da COVID, sobre a dinâmica das atividades econômicas e do mercado de trabalho. No primeiro trimestre de 2022, o total de 5,8 milhões de pessoas ocupadas no Paraná e 92,3 milhões de pessoas ocupadas no Brasil (ambos inferiores ao observado no trimestre anterior), em uma perspectiva otimista, retrata o observado na média dos últimos anos.

Ademais, esse desempenho resulta em elevados níveis de desemprego que se mantêm estáveis até o início de 2022, em que pese estarem apresentando tendência de queda nos últimos meses, em decorrência da amenização dos efeitos da COVID. No Paraná chega ao pico de 608 mil pessoas desocupadas no último trimestre de 2020 e no Brasil a 15,3 milhões de pessoas desocupadas no primeiro trimestre de 2021. Esse número de pessoas é ainda maior se for considerado a quantidade de pessoas desalentadas, ou seja, as pessoas que querem trabalhar, mas que deixam de procurar emprego por falta de perspectivas. No Brasil esse número de pessoas chegou a 4,6 milhões de

pessoas no último primeiro trimestre de 2022, representando cerca de 4,8% do total da sua população ocupada.

Mais preocupante ainda é a queda da massa real de todos os rendimentos, efetivamente recebidos por mês, pelas pessoas ocupadas com 14 anos ou mais de idade. Apesar do pequeno aumento verificado no início de 2022, é importante ressaltar que, no último trimestre de 2021, observa-se o menor valor desde o primeiro trimestre de 2012, tanto em termos estadual quanto nacional. No Paraná, verifica-se uma redução da massa salarial de R\$ 15,7 bilhões, correspondendo a uma queda de cerca 44,0 % em relação ao seu maior valor, que foi observado no primeiro trimestre de 2012. A mesma situação é verificada em termos de Brasil.

Como resultante deste péssimo dinamismo da economia e do mercado de trabalho, observou-se um elevado grau de endividamento das famílias paranaenses e brasileiras. Segundo a Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), elaborada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná (Fecomércio PR), em abril de 2022, cerca de 91,6% das famílias residentes no Paraná convivem com algum tipo de dívida, percentual significativamente superior aos 77,7% verificados em nível nacional. No Paraná, 21,9% das famílias têm contas em atraso e 8,0% não terão condições de pagá-las.

Diante desta preocupante realidade, apesar da redução dos efeitos da COVID 19 que, embora em menor dimensão, ainda persistem, e do ano eleitoral em curso, quando normalmente com fins eleitorais, a maioria dos governantes de “plantão” que buscam reeleger-se, tomam medidas que surtem efeitos positivos de curtíssimo prazo, trazendo momentâneo bem estar à população, não se vislumbra a implantação de políticas governamentais, tanto estaduais quanto federais, no sentido de enfrentar de forma mais consistente as dificuldades vivenciadas pela população brasileira e paranaense. Ademais, questões de políticas externas resultantes do conflito entre Rússia e Ucrânia, devem continuar trazendo dificuldades para o dinamismo da economia mundial, com efeitos negativos no curto e médio prazo, tanto no Brasil quanto no Paraná.

Assim, pouco se deve esperar até o final do ano de 2022, em termos de ações concretas para o enfrentamento das dificuldades vivenciadas pela economia e sociedade paranaense e brasileira. Para 2023, após as eleições, os governos eleitos terão pela frente a grande responsabilidade de tirar o Paraná e o Brasil dos (des)caminhos por onde têm andado, tanto em termos econômicos quanto sociais, o que não será tarefa fácil, haja vista as verdadeiras “bombas fiscais” que serão detonadas no próximo ano, bem como o desarranjo das contas públicas e desinvestimento em infraestrutura, que foi a tônica dos (des)governos federal e estadual.

Elaboração: Eron José Maranhão; Jaderson Goulart Junior; José Moraes Neto; e, Juarez Varallo Pont.